Ata da Audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CLT", de responsabilidade da EcoUrbis Ambiental S/A, realizada no dia 03 de dezembro de 2013, na cidade de Mauá.

Realizou-se, no dia 03 de dezembro de 2013, às 17 horas, na Associação Atlética Industrial de Mauá, Rua Dr. Fernando Costa, 391, Vila América, Mauá/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CLT", de responsabilidade da EcoUrbis Ambiental S/A (Processo 015/2013). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Carlos Teófilo, Secretário de Obras, e Paulo Sérgio Pereira, Diretor de Planejamento e Obras da SAMA – Saneamento Básico do Município de Mauá e representante de seu Superintendente Atílio Jacumussi –, como também dos representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual, dos órgãos públicos, do COMDEMA, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Obras de Ampliação da Central de Tratamento de Resíduos Leste – CLT", de responsabilidade da EcoUrbis Ambiental S/A (Processo 015/2011). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAs que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Após declarar que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta por dois membros do CONSEMA, naquele momento ausentes, observou que se encontrava presente, nesta audiência, uma representante da área de licenciamento ambiental da

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

CETESB, a engenheira química Gabriela Nenna Ferraresi, representando o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, a quem convidou para também compor a Mesa. Gabriela Nenna Ferraresi declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo relativo ao empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o mesmo se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando no sentido ou da aprovação da viabilidade ambiental do empreendimento ou de sua rejeição. Acrescentou que uma súmula desse parecer – que será elaborado com base nos subsídios que eventualmente vierem a ser oferecidos e naqueles que a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental retirar da análise dos estudos ambientais ou vier a solicitar – será encaminhada ao CONSEMA, para que o Plenário, na reunião em que dela tome conhecimento possa avocar ou não sua análise para si. Acrescentou que, em caso positivo, ou seja, caso o CONSEMA acate a avocação, caberá ao Pleno apreciar os estudos ambientais quando ele se constituir objeto da Ordem do Dia. Caso a avocação não seja formulada – ou, se for formulada mas não acolhida, caberá à CETESB continuar a análise dos estudos, sem a participação do CONSEMA. Nelson Domingues Pinto Júnior, Diretor-Presidente e representante da EcoUrbis Ambiental S/A, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, enquanto o Engº civil Luís Sérgio Akira Kaimoto e o Engº Agrônomo Sérgio Luís Pompéia, Diretor-Presidente e fundador da CPEA – Consultoria e Planejamento de Estudos Ambientais Ltda., apresentaram uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos motivos da escolha da alternativa de localização, dos dados relacionados com a capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena ocupação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Dulce Alves de Andrade, representante da Cooperativa Chico Mendes, enfatizou a importância de se conferir maior transparência ao trabalho realizado pela EcoUrbis, cuja atuação acompanhava desde 2004, e também contribuir para aumentar o interesse da comunidade por ele, uma vez que os aterros são necessários uma vez que todo mundo gera resíduos. Relatou que, em 2010, quando o aterro foi inaugurado, julgou que, durante pelo menos cinco anos, ele teria capacidade de receber os resíduos gerados, mas, ao visitar depois de algum tempo o aterro, notou que seu crescimento se dera de forma repentina e também tomou conhecimento de que havia várias propostas para expandi-lo. Declarou que considera bom o projeto apresentado pela EcoUrbis e que procuraria acompanhar de perto sua implementação e que transmitiria à comunidade informações sobre o que aconteceria no interior do aterro, principalmente no que concernia ao tratamento dos resíduos, e assim procederia para impedir que, mais tarde, alguém venha a declarar que não havia sido informado. Enfatizou que todas as pessoas geravam resíduos e, portanto, contribuíam para as transformações do aterro, e que, portanto, poderiam, como ela, criar entidades ambientalistas que trabalhem no sentido de contribuir para a conscientização da população, fazendo palestras nas escola, criando cooperativas de reciclagem e buscando uma forma mais adequada de melhorar a situação, inclusive a vida dos catadores na perspectiva de sua inclusão social. Francisco da Silva, representante da Associação Comunitária Esportiva Unidos São Jorge, declarou que participou da audiência pública realizada no CEU de São Rafael, oportunidade em que testemunhou o interesse da comunidade em melhorar o projeto voltado para a ampliação desse aterro, apesar das dificuldades. Enfatizou que todos têm conhecimento de sua participação na geração dos resíduos, embora muitos desconheçam o que fazer para diminuir tanto essa geração como os impactos que ela causa na comunidade. Observou que, embora com frequência se ouça os técnicos afirmarem que os resíduos e aquilo que eles geram – o chorume – não contaminarão o lençol freático, porque a manta que será colocada os reterá, sabe-se também que existem controvérsias a esse respeito. Acrescentou que, sem

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

dúvida, a comunidade e o meio ambiente são agredidos no que tange à questão do saneamento básico – como demonstraram os problemas associados ao funcionamento do Aterro São João, que envolviam inclusive a inexistência de espaço saudável para as crianças que moravam em seu entorno brincarem –, e que tal fato colocava a necessidade de a comunidade ser ouvida e atendida de perto, com a implantação de projetos essenciais que contribuam para a criação de condições que favoreçam uma boa qualidade de vida. Lembrou como é moroso o processo de implantação de políticas públicas que visam o bem-estar da população, o que reflete o descaso do Poder Público com o cidadão paulistano e, também, com o cidadão brasileiro, Ao concluir solicitou que a EcoUrbis, a CETESB, a Secretaria de Meio Ambiente, enfim, o Poder Público dispensassem maior atenção às crianças, porque elas são o futuro do país, e assim procedessem investindo em educação, porque só assim serão superadas as condições adversas que hoje elas enfrentam. Alda Oliveira, representante da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Fetal, declarou que a região era afetada primordialmente pelo gás metano e os roedores gerados pelo aterro e que mantinha uma "boa conversa" com a EcoUrbis, conhecendo de perto a transparência que confere aos trabalhos que realiza, embora pretendesse que essa interlocução fosse ampliada. Declarou que a entidade que representava era favorável ao projeto, por reconhecer sua viabilidade ambiental, e que, efetivamente, as pessoas produzem muito lixo. Argumentou que, sem dúvida, se fazia necessário que a comunidade conhecesse de perto o projeto, tal como aconteceu com os membros da entidade que representava, que, só ao tomarem conhecimento de seu conteúdo, mudou o comportamento, pois se conscientizou da necessidade de se proceder a separação e a reciclagem dos resíduos Conscientizou-se também de que é melhor reciclar do que jogar no aterro objetos cuja degradação pode demorar séculos e causar problemas à saúde, como é o caso do polímero. Acrescentou que é importante diminuir a geração do lixo, conscientizar a população sobre a importância do plantio de árvore, enfim, do que é uma árvore, estabelecendo diálogos com vistas à conscientização da população. Jerônimo Barreto, representante da Associação dos Moradores de Nossa Senhora Aparecida, parabenizou os presentes pela festa democrática que realizam com a divulgação das demandas da população. Criticou a liderança que olha só para o seu umbigo e não se volta para os interesses da população. Fez referências também ao trabalho desenvolvido pela EcoUrbis, no Distrito de São Mateus, que impediu que o lixo continuasse se esparramando pelas ruas. Declarou também que o orçamento participativo contribuiu para essa mudança, pois antes, durante oito anos, o governo municipal se esqueceu da coleta seletiva em São Paulo, embora seja uma obrigação sua. Raimundo Caetano, representante da Pastoral da Ecologia da Região de Belém, declarou não ser favorável à instalação do aterro, e que, na discussão em São Paulo da qual acabava de participar, ninguém falou desse aterro e tampouco do plano de metas. Argumentou que o fato de não ter comparecido à audiência nenhum parlamentar demonstra que "*a coisa não é boa*". Argumentou também que o governo gasta milhões de recursos com esse problema, com as empresas, mas que os impactos negativos recaem sobre a população de baixa renda. Explicou ainda ser o Estado que banca com esse custo, mas que será a elite que sairá beneficiada. Referiu-se também à alusão à presença de gases e, também, de roedores, dados estes que naturalmente sustentam um posicionamento contrário à implantação do aterro. Ao finalizar comentou que uma sociedade só muda quando adquire uma consciência critica. Maria do Carmo, representante da entidade Zeladoria Ambiental do Jardim São Francisco da cidade de São Paulo, declarou ter participado da audiência realizada sobre o EIA/RIMA desse empreendimento no CEU de São Rafael na cidade de São Paulo, e que, nessa ocasião, defendeu o posicionamento contrário à implantação de um aterro nas proximidades de sua casa, até mesmo porque, embora essa Central de Tratamento dos Resíduos Leste – CTL fosse sofisticada, ela não deixava de ser um aterro. Relatou que, por ocasião da primeira audiência sobre o EIA/RIMA dessa obra, a entidade que representava inicialmente se posicionou contrariamente à implantação da obra, mas que, durante o desenvolvimento das discussões, os argumentos utilizados por aqueles que discordavam de sua implantação aos poucos

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

foram sendo suplantados pelos argumentos contrários, a ponto de os defensores desses últimos posicionamentos aceitarem o convite de conhecer de perto o funcionamento dessa tecnologia. Acrescentou que essa visita os levou ao convencimento de que, embora inexoravelmente essa tecnologia apresente riscos, estes são inferiores àqueles causados pelos aterros antigos. Argumentou também que, embora sejam significativos os impactos que seu funcionamento provocará tanto na região de São Paulo como em Mauá, esses resíduos têm de ser dispostos em algum lugar. Relatou que se passou a procurar um local adequado e que, no decorrer desse processo, se identificou em análise, a qual se situa na divisa entre os Municípios de São Paulo e Mauá. Acrescentou que, após essa identificação, se passou a realizar o inventário dos riscos, que inclusive abrangem aquele causado na saúde da população, especialmente nas vias respiratórias. Reiterou as considerações feitas, também no início da audiência, acerca das atividades educativas a serem desenvolvidas com as crianças, e declarou que todos deveriam unir-se em torno desse projeto para discutir também as questões relacionadas com as medidas de compensação, por se tratar de um aspecto importantíssimo cujos detalhes não poderiam passar despercebidos, porque tal atitude por certo prejudicará a comunidade e, principalmente, as crianças. Informou que o trabalho educativo será realizado nas escolas pelos membros da entidade, que darão ênfase à questão da reciclagem. Chamou atenção para a necessidade de se ficar atento também a uma possível ampliação da CTL, de modo a dela se tirar algum proveito, ou seja, de modo a proporcionar benefícios para a comunidade, para o fundão da periferia, onde as pessoas sofrem mais. Reconheceu que os catadores têm de exercitar o direito à cidadania, uma vez que são parceiros, pois pertencem à comunidade e a ela, com certeza, vão auxiliar. Declarou que a experiência que relata o levou a entender que ninguém faz nada sozinho, mas, sim, um com o outro, e em parceria, não pensando somente em si mesmo, mas, também, no coletivo. Enalteceu o trabalho realizado nas cooperativas pela companheira Dulce Alves de Andrade. Ao final, colocou-se à disposição da comunidade. Paulo Rodrigues, representante do Movimento Lixão, Mais um Não!, inicialmente declarou que essas obras de longe pareciam um aterro, ao nos aproximarmos dela, chegam a parecer uma CTL, mas que, de perto, principalmente para quem mora ao lado, continuam parecendo um lixão. Relatou que, durante 29 anos, 3 meses e 3 dias morou ao lado de um lixão, e que, quando relatava ou denunciava os problemas que ele estava causando, ouvia sempre a mesma resposta, qual seja, que ele estava sendo ampliado. Acrescentou que somente a comunidade não era beneficiada, o que se comprovava ao se consultar os índices de violência e de exclusão social, os quais demonstravam a liderança da comunidade em relação a esses itens. Declarou que, por essa razão, só se deveria permitir a instalação de um aterro quando obrigações e metas fossem cumpridas ou alcançadas, como, por exemplo, quando for reciclado 10% do que for depositado no aterro. Relatou que os empresários ganham por tonelada, por rodagem, e a comunidade que abriga um aterro deve também possuir critérios, ou seja, "estabelecer gatilhos" no que concerne a ganhos. Acrescentou que, enquanto não forem implantados, em todas as regiões atingidas pelo aterro, centros que realizem um trabalho sério de prevenção com a comunidade, não se pode nem se deve permitir ampliações ou a implantação de novos aterros. Acrescentou que se adotava a lógica do capital perverso, uma vez que só meia dúzia de empresas lucravam com a situação, enquanto milhares de catadores de lixo, milhares de pessoas que trabalhavam puxando carrinhos, não têm o apoio de nenhum governo. Argumentou que, por essas razões, tem de se aprender a declarar que discorda dessa situação, ou seja, tem de se aprender a lançar mão da mesma lógica utilizada pelas empresas. Enfatizou que foi editada a Política Nacional de Resíduos Sólidos que estabelece a necessidade de se comprovar a ineficácia de outras alternativas antes de se utilizar incineradores e de se instalar novos aterros. Defendeu o ponto de vista de que uma audiência como essa deveria contar com a participação dos representantes dos poderes públicos, municipal, estadual e federal, propondo saídas para as comunidades. Argumentou que a sociedade deve discutir esse problema de frente; que a sociedade paulista, a sociedade paulistana, não pode achar que o lixo tem

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

de ir para Perus ou para São Mateus, não pode impor um único caminho que se deveria intitular de "caminho do lixo", que sai de todos os lugares da cidade e ruma em uma mesa direção, ou seja, em direção a Perus e a São Mateus, porque o não reconhecimento tácito desse "caminho do lixo" constitui uma forma de mostrar para a sociedade que esses bairros têm seu valor, que suas comunidades são constituídas por pessoas, e não são somente um região. Declarou que se esperava mais do ser humano do que enterrar o lixo, do que enterrar riqueza, do que enterrar coisas que só passarão a ser lixo depois de se misturarem todos os componentes. Relatou que em sua região fala-se de novo em aterro sanitário, centrais não sei das quantas, que continuam sendo lixão para seus vizinhos, os quais continuam sentindo incômodos. Lembrou que, quando houve deslizamento no Aterro São João, os habitantes de Mauá sofreram com a piora da qualidade do com o ar, e houve escola que fechou, porque as crianças foram impedidas de frequentá-las. Argumentou que os empresários só se preocupam em buscar gás, renumeração, capital e "a população que se dane". Chamou atenção para a impossibilidade de uma instalação como essa funcionar, ininterruptamente, vinte e quatro horas por dia durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano, uma vez que não se trata de uma instalação perfeita. A população sofre com essa impossibilidade, não bastando para consertá-la mudar os nomes. Faz-se necessário, em um primeiro momento, observou, estabelecer um ciclo de obras e só posteriormente ampliar as instalações ou implantar uma nova unidade. Deve-se ter coragem para enfrentar essa questão e, antes de tudo, dizer aos representantes dos poderes públicos que, em primeiro lugar, eles têm de se sentar à mesa com representantes da comunidade e estabelecer juntos um plano de metas, um plano de urbanização e de requalificação urbana. Eles têm de promover a realização de estudos médicos, criar centros de referências de saúde nessas regiões, e não alimentar uma situação na qual se espera que a comunidade engula esse monte de papel, esse monte de coisas, essas baboseira ou bobageira que escrevem com o objetivo de enganar a população com a mudança do nome dado às coisas. Passou-se à etapa em que as pessoas falam em seu próprio nome. Jeniciano Rodrigues declarou que todos deveriam fazer sua lição de casa, selecionando os resíduos. Relatou que fazia essa seleção com os resíduos gerados em sua casa e, com isso, não favorecia os empresários, mas, sim, ele, sua família e o meio ambiente. Declarou que não aceitava a ampliação desse aterro. Agradeceu a EcoUrbis, porque ela ter cumprido a meta que estabeleceu para os anos 2006 e 2007 e referiu-se aos problemas decorrentes do deslizamento do Aterro São João, o qual, atualmente, ostenta uma nova cara, porque passou a se constituir em uma nova tecnologia. Relatou que às manhãs, quando o tempo está úmido e vai até a porta, ele sente aquele cheiro desagradável, mas nada pode fazer. Argumentou que não adiantava declarar aos quatro ventos que não quer lixo, se ele próprio não tiver onde depositá-lo. Argumentou que, caso se trate melhor o lixo – ele vê nas calçadas sacolas rasgadas, cachorro virando sacola com arroz juntamente com feijão e papel higiênico, e, a seu ver, isso significa falta de educação. Todavia, observou, quando se organiza o lixo o mundo efetivamente mudará. Ao final, solicitou à EcoUrbis que organizasse uma parceira para mudar a comunidade. Marcelo Cardinalle observou que se sentia indignado com algumas declarações e pedia a EcoUrbis que entrasse em contato com as comunidades do bairro às quais ela prometeu que faria alguma coisa para a população, mas que nada foi feito até agora. Declarou que se sentia indignado, com cara de palhaço, e solicitou ao manifestante que abordou o risco que a saúde das crianças corria com a piora da qualidade do ar nas proximidades do aterro que fossem instalados os três postos de saúde reivindicados, mas que até agora não foram implantados. Solicitou que também fosse pavimentado o Morro do Cruzeiro. Convidou a todos para se deslocarem até onde ele morava, em dia de chuva, para sentir o cheiro de chorume, o cheiro da podridão que sobia. Reivindicou que o carbono fosse transformado em uma benfeitoria para a população, como ocorreu no Jardim São Francisco. Reiterou a solicitação de que os catadores fossem tratados como tais. Ao final declarou que, se cada um dos presentes fizesse o que poderia fazer, faria a diferença, porque os homens seriam tratados como seres humanos, periféricos, mas humanos. Maria Lima declarou que

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

residia nas proximidades do Aterro São João, que já foi muito pior, mas melhorou a partir do momento em que a EcoUrbis passou a administrá-lo. Declarou ter sido procurada pela direção que esclareceu tudo o que iria acontecer, e foi convidada a fazer uma visita às suas instalações. Observou que as críticas eram válidas, mas que não considerava justo criticar alguém que está fazendo um bom e eficiente trabalho fundamentado na legislação ambiental. Declarou que ninguém propôs um projeto diferente, e que considerava fundamental a transparência da empresa e sua responsabilidade, e que não só ela como também alguns vizinhos seus testemunhavam essa retidão. Lembrou que essa atividade gerava renda e que se deveria trabalhar para alcançar uma consciência maior acerca desses problemas. Agradeceu a EcoUrbis e declarou que ela está no caminho certo, trabalhando de maneira transparente, cumprindo os acordos de compensação que foram firmados entre o município e a empresa. Declarou que era grata, sim, à EcoUrbis, pelo que ela estava fazendo. Ronaldo Cruz declarou que morava no Jardim São Francisco, há 18 anos, e tinha enfrentado grandes batalhas. Agradeceu o empenho da EcoUrbis e solicitou fosse dispensada maior atenção à região do Parque das Flores, São Rafael e Carminha. Relatou a difícil situação que enfrentou quando ai chegou e as mudanças que constatou ao retornar depois de ficar alguns anos ausente. Declarou a importância da contribuição oferecida pela sociedade civil, e elogiou a população da cidade de Paulínia, que sedia uma das maiores refinarias de petróleo do país e onde trabalham aproximadamente entre seis e dez mil homens, e, mesmo assim, não se vê lixo jogado nas ruas. Referiu-se à ampliação da RECAP e ao impacto que causou e onde ninguém reclamava em relação ao mau cheiro. Declarou que a EcoUrbis não é um órgão municipal ou institucional com competência para instalar postos de saúde. Declarou que essas benfeitorias deveriam ser solicitadas ao diretor e que era preciso, sim, criar projetos ou propor ideias que possam, por exemplo, facilitar a execução de alguns serviços. Enfatizou que o dinheiro investido voltava para a comunidade da seguinte forma; as crianças carentes recebem cesta básica; os líderes comunitários conhecerão passo a passo o processo e terão conhecimento do que está acontecendo com a comunidade. Ao final, agradeceu a EcoUrbis o projeto que será implantado e que acarretará melhorias. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de conselhos. Dimitri Auad declarou ter protocolado um oficio na Mesa de Trabalho, o qual é dividido em três tópicos: o primeiro trata de sua finalidade; o segundo faz referência às audiências realizadas sobre o EIA/RIMA desse empreendimento; o terceiro diz respeito à publicidade dessas audiências, e o quarto tece comentários sobre os locais escolhidos para as audiências públicas, comentários estes – declarou – que, passaria a ler em sua íntegra: “Causa-nos estranheza que tais audiências públicas não tenham contemplado o fácil acesso por parte da população da cidade de São Paulo, ou seja, realizando-se em lugar central e de fácil acesso por meio do transporte público. Observa-se que as audiências sobre empreendimentos com localização nas bordas dessa gigantesca metrópole, como é o caso do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, normalmente são realizadas em locais centrais, como, por exemplo, a Casa de Portugal, que se situa no bairro Liberdade, que é um local central ao qual facilmente a população pode ter acesso. Os critérios adotados para escolha desses locais possuem relação com a repercussão que a obra causa em todos os paulistanos, não importando a região em que habitem. Igualmente esse compartilhamento deveria acontecer também na escolha dos locais das audiências que tratam da geração, tratamento e destinação dos resíduos sólidos, que, por se tratar de ações protagonizadas pelos cidadãos paulistas, deveria adotar um rito que favorecesse essa especificidade, ou seja, a plena participação popular. Entende-se desnecessário se debruçar sobre as dificuldades de locomoção dos cidadãos paulistanos da Zona Leste da Capital em direção a Mauá, que se localiza no extremo leste da região do ABC”. Finda a leitura, o conselheiro Dimitri Auad explicou que Carlos Alberto Harley Bocuhy assinava esse documento. Solicitou ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, que, visando garantir ampla publicidade e plena participação popular na discussão desse tema, que é de interesse comum, determine seja realizada uma audiência ou mais de uma em local central, de fácil

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

acesso e com ampla publicidade. Explicou que o objetivo da adoção dessa medida, além de sanear as falhas verificadas nas audiências realizadas, é dar lugar para que se explicite o legitimo potencial desse procedimento do licenciamento ambiental, que contribui para ampliação da consciência ambiental. Referiu que as organizações da sociedade civil possuem outras preocupações, além daquelas pertinentes à avaliação ambiental de empreendimentos, como, por exemplo, a utilização de metodologia específica para levantamento de dados e avaliação de impactos socioambientais. Declarou que aproveitava esse momento para explicar que reconhecia a necessidade que levava à escolha de áreas adequadas para disposição dos resíduos sólidos, mas, no que tange à coleta seletiva, não identificava nela a aplicação dos dispositivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas, sim, aspectos da coleta convencional. Passou a fazer a leitura de informações sobre as tecnologias aplicadas na redução da geração de resíduos e em sua destinação, contexto em que questionou por que essa questão tão ampla e complexa se concentra apenas em alguns poucos índices. Douglas Alves Mendes inicialmente declarou considerar imprescindível a presença da Polícia Ambiental nas audiências, uma vez que, na região de São Mateus, precisamente no Parque das Flores, quando a evidência do mau cheiro tornava-se o tema predominante, não se punha em dúvida a ocorrência de enorme descarte de lixo químico na região. Sabia-se e sabe-se também que, se a Guarda Ambiental sequer comparecia às audiências, dificilmente ela aparece na região de São Mateus. Enfatizou que, por essa razão, reiterava solicitação à CETESB de que seja dada ênfase à fiscalização da Polícia Ambiental nessa região onde é frequente o descarte de lixo químico. Referiu-se à Avenida Jacu Pêssego como um projeto de greto que a região de São Mateus recebeu, porque nela o descarte do lixo químico é uma ocorrência frequente. Reivindicou que essas considerações suas fossem registradas na ata, porque sua análise é de extrema importância. Enfatizou que a finalidade da audiência é discutir o EIA/RMA de um aterro sanitário, e não de um lixão, até mesmo porque o primeiro conta com algumas proteções, como manta e piezômetro, o que acontece com o lixão: essa é uma diferença fundamental. Referiu-se a um estudo recentemente elaborado com base em dados recentes sobre a situação da saúde na Região de São Mateus recentemente elaborado, o qual – solicitou – fosse divulgado na região – na igreja e nas escolas –, inclusive no sítio eletrônico da Prefeitura do Município de São Paulo. Entre outros aspectos, observou, esses dados demonstram que, quando da realização de atividades ligadas ao saneamento básico no bairro da Vila Bela, constatou-se significativa melhoria de problemas relacionados com a saúde. Elogiou a qualidade dos estudos ambientais e informou que vêm acompanhando "in loco" a implementação das medidas de compensações ambientais, com prioridade ao centro de referência ambiental que será implantando no Morro do Cruzeiro e a criação de um parque na Região de São Mateus. Informou, ao final, que o COMDEMA de Mauá se reúne toda terça-feira, que se tornou a ocasião de se dirimirem as dúvidas relacionadas com o empreendimento. Passou-se à etapa das réplicas. Nelson Domingues Pinto Junior, Diretor-Presidente da EcoUrbis Ambiental S/A, em primeiro lugar reiterou como fundamental a redução dos resíduos, cujo primeiro passo será a construção das grandes centrais de triagem com o propósito de aumentar o escoamento e a capacidade da coleta seletiva. Esclareceu que, na verdade, não se trata de um novo aterro, mas, sim, da ocupação de um espaço confinado entre os dois empreendimentos. Reconheceu ser pequeno o percentual – 10% – correspondente à coleta seletiva, embora se tenha de levar em conta que o salto que se pretende dar nesse momento gira em torno de 1,5%. Observou que países com mais recursos e maiores possibilidades demoraram um tempo maior para alcançar patamares próximos. Obtemperou que, no que dependia da tecnologia e da possibilidade de aumentar o percentual correspondente à coleta seletiva, sem dúvida se observarão as diretrizes estabelecidas pelos órgãos municipais. Em relação aos impactos que serão causados na saúde, esclareceu que a EcoUrbis sempre divulgou as informações referentes aos estudos epidemiológicos e sempre deixou abertas as suas portas – e assim permanecerá – para receber quem tiver interesse em conhecer com mais detalhes todos os estudos ambientais, que

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

ficaram permanentemente à disposição da população do entorno e das pessoas interessadas. Refutou a ideia segundo a qual, para empresa, quanto mais lixo for gerado, melhor, pois, desde 2003, as empresas que operam na cidade de São Paulo não ganham por peso coletado, mas, pelo contrário, buscam reduzir os resíduos uma vez que sua geração em grande quantidade implica maior custo operacional. Argumentou ainda que o valor que ela recebe não mantém correspondência com a quantidade de lixo produzida, como já foi dito. No que se refere ao Morro do Cruzeiro, observou, a EcoUrbis já adquiriu a área na subida da estrada bem próxima do cume, área esta que foi indicada pela própria população, que a frequentava, em diversas situações, inclusive eventos religiosos ou de outra natureza. Relatou já ter sido encaminhado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, o projeto de construção do centro de referência ambiental. Enfatizou que a EcoUrbis, principalmente na Zona Leste, aproveitou inúmeras ideias e sugestões propostas pelos cidadãos através de mensagens eletrônicas ou do canal 156, com o propósito de melhorar a rotina e a sistemática da coleta nas regiões onde residiam, as quais se relacionavam com o tipo e a capacidade dos contêineres, com a frequência da coleta, enfim, com a melhora dos serviços. Declarou que espera continuar recebendo o apoio, as criticas e as sugestões, dado que se trata de modelo participativo. Com relação à observação do conselheiro Dimitri Auad sobre o local e horário das audiências, relembrou que, quando foi realizada a primeira audiência da CTL, ela aconteceu exatamente na Casa de Portugal, na Rua Vergueiro e, naquela ocasião, a própria PROAN sugeriu que as audiências fossem realizadas próximas das áreas onde será implantado o empreendimento, e não nos centros da cidade, uma vez que a distância é mais uma dificuldade a ser enfrentada pela população. Observou que para outros países, como é o caso da Coréia do Sul, o aterro sanitário ainda é uma solução ambientalmente correta e adequada, uma vez que não existem áreas disponíveis, motivo por que são obrigados a partir para outros sistemas, como a incineração. Informou ainda que se encontra em etapa de finalização o estudo epidemiológico do ano de 2013, e que, como os demais estudos, ele será publicado, divulgado e tornado disponível pra todos os interessados, sem exceção. O Engº Agrônomo Sérgio Luís Pompéia, Diretor-Presidente e fundador da CPEA – Consultoria e Planejamento de Estudos Ambientais Ltda., declarou que a maioria das colocações feitas teve um caráter mais técnico, como aquela que questionou a presença de gases nos aterros, o que deu lugar a que se esclarecesse que a própria construção do aterro leva ao recolhimento do gás produzido pela fermentação da matéria orgânica no interior das tubulações onde também existem drenos, dispositivos que possuem uma chama que provocam a queima do gás quando as tubulações alcançam a estação. Depois de explicar todo esse processo, declarou que, quando a queima é completa, não provoca odor, e que esse mecanismo por si só demonstra a evolução da sociedade em relação ao problema do lixo, cujos cuidados demonstram um processo de evolução contínua da sociedade. Teceu uma série de comentários sobre as importantes modificações pelas quais passaram os lixões, desde os últimos anos da década de 90 até o ano de 2000. Declarou também que com alegria reconhecia que as novas gerações não conviverão com lixões e sequer saberão o que ele é, pois, certamente, daqui a dez anos, essa forma de disposição de lixo será totalmente esquecida, e a sociedade, por sua vez, mais consciente, de modo a não aceitar, em hipótese alguma, a implementação de determinadas tecnologias. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e de agradecer, em nome do Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Federal Bruno Covas a participação de todos, o Secretário-Executivo Germano Seara Filho informou que todo e qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento do projeto poderá enviar sua sugestão ou proposta através de *email o*u correspondência a ser encaminhada diretamente para o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. E, como nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br